

11. Com relação aos pagamentos que seriam efetuados a favor da empresa contratada, assim dispôs o item 6.1 do citado contrato:

'As faturas serão, de acordo com a proposta de prestação de serviços apresentada pela CONTRATADA, emitidas a cada 5 (cinco) dias com prazo de pagamento de 70 (setenta) dias'.(fl. 1364).

12. Em audiência com o Titular da Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo da ABC/MRE, sucessora da UAP, Sr. Carlos Alfonso Iglesias Puente, foram colhidas informações sobre os procedimentos envolvendo a execução do aludido contrato. Em síntese, afirmou-se que a Unidade de Administração de Projetos (UAP) não detinha a competência de solicitar a emissão de passagem aérea à empresa Voetur. Tal prerrogativa era realizada pelos gestores dos diversos projetos executados nos estados brasileiros, sob a responsabilidade de diversos órgãos federais.

13. A seguir, apresenta-se o fluxo de solicitação de viagem, objeto do contrato celebrado entre o PNUD e a Voetur:

I) O projeto identificava a necessidade de realizar a viagem e preenchia o formulário de Solicitação de Viagem Doméstica ou Internacional (SVD/SVI, respectivamente) que continham as seguintes informações:

- a) dados do beneficiário: nome, CPF, nacionalidade, estado civil, endereço, dados bancários;
- b) instrução para pagamento: missão da viagem, solicitação de diária, auxílio-transporte e passagem aérea, objetivo e resultado esperado, linha orçamentária para débito das despesas;
- c) itinerário previsto: cidade de origem e destino, data e horário de saída e chegada;
- d) cálculo das diárias: quantidade e valor das diárias. O sistema sugeria a quantidade e o valor máximo a ser solicitado.

II) Após o preenchimento do formulário, o técnico do projeto confirmava o documento e colhia a assinatura do ordenador de despesas do projeto, sendo o Diretor Nacional do Projeto ou seu preposto. De posse do documento assinado, dava-se início a dois procedimentos que aconteciam simultaneamente: o processo de emissão da passagem aérea e o pagamento das diárias;

III) A autorização para emissão de passagem aérea era encaminhada, pelo projeto, para a agência de viagem credenciada (Voetur) e a solicitação de pagamento de diária era encaminhada à UAP/ABC para crédito na conta do beneficiário. Ressalta-se que a UAP/ABC não participava em momento algum do processo de solicitação de passagem aérea. A utilização do bilhete, ou se fora pedido o seu cancelamento, era responsabilidade exclusiva do gestor do projeto;

IV) Emitido o bilhete, a Voetur encaminhava à UAP/ABC a fatura para pagamento com os seguintes documentos de suporte: fatura, cópia dos bilhetes e autorização para emissão. Anteriormente, os documentos eram conferidos um a um e o volume de pagamento era muito grande (i.e. faturas de mais de 200 projetos). Nesse sentido, foi implementado o sistema de liberação eletrônica de faturas, onde o referido sistema fazia verificações eletrônicas otimizando e agilizando o trabalho do setor responsável pela liberação das faturas. O sistema procedia as seguintes verificações: a) o documento de autorização de emissão constava em outra fatura; b) o documento autorizava emissão de passagem aérea e c) a fatura já havia sido paga, dentre outras tarefas.

14. Nesse caso, a fatura ficava disponível eletronicamente nos sistemas da UAP/ABC, com acesso para todos os projetos, com o propósito de ser detectada qualquer anormalidade antes da efetivação do pagamento.

15. Conforme tratado no item 6 retro, a sindicância do MRE destinada a apuração dos fatos envolvendo a execução do Contrato nº 156/1997 solicitou à UAP/ABC aferir a autenticidade das informações contidas na documentação que dá suporte a denúncia subexame em confronto com os dados do sistema informatizado.

16. Em resposta, foi elaborado o relatório de fls. 1398/1407. Depreende-se do citado documento as seguintes informações:

- a) houve reembolso por parte da Voetur da fatura nº 063616;
- b) a fatura 063653 inexistiu;
- c) não houve pagamento da fatura 063661;
- d) canceladas as SVDs 722131 e 696075;
- e) foram confirmadas as demais SVDs e os respectivos pagamentos das faturas.

17. De igual modo, para atendimento de solicitação da sindicância do MRE, a UAP/ABC requereu junto aos gestores dos 17 projetos listados a confirmação sobre a utilização dos bilhetes adquiridos por meio das SVDs, e, caso não utilizados, a data do reembolso correspondente.

18. Foram prestados esclarecimentos pelos projetos BRA/93/044, BRA/99/004, BRA/00/013, BRA/00/009 E BRA/97/044. Segundo restou informado, todos os bilhetes emitidos foram utilizados pelos respectivos beneficiários. A exceção refere-se à passagem aérea emitida em função da SVD 661382, do Projeto BRA/00/013 (fl. 1433). A esse respeito, consta que a Voetur havia informado o não faturamento da passagem aérea correspondente (fl. 1432). Todavia, a relação da UAP/ABC indica que houve o pagamento correspondente, em 10.07.2001 (fl. 1403). Resta, portanto, ser procedido o ressarcimento desse valor por parte da Voetur quando do exame de mérito dos presentes autos.

19. Considerando que não constam do processo as informações remanescentes sobre os demais projetos, faz-se necessário promover diligência junto à ABC/MRE com vistas a ser solicitada a confirmação sobre a utilização dos bilhetes adquiridos por meio das SVDs indicadas nos ofícios expedidos pela ABC/CGAP, em 03.02.2004, aos gestores dos seguintes projetos: BRA/00/018, BRA/99/008, BRA/97/034, BRA/97/019, BRA/00/012, BRA/98/011, BRA/97/028, BRA/00/027, BRA/00/011, BRA/00/014, BRA/00/032 e BRA/97/013".

Realizada a diligência sugerida, foi verificado que os números das Solicitações de Viagens Domésticas (SVD's) encaminhados a este Tribunal pela Agência Brasileira de Comunicação/ABC/MRE não correspondem nem aos contidos nos expedientes relativos aos projetos BRA nº 00/027 ou nº 98/011 - que supostamente estariam anexos ao expediente de fls. 1489/1490 - nem aos contidos nos demais projetos citados, cujos dados seriam encaminhados posteriormente a este Tribunal - o que não se fez até esta data. E, ainda, obteve-se a informação, via telefone, que a sindicância então instaurada (Sindicância COR/MRE nº 01/2004) havia sido concluída, o que motivou diligência solicitando cópia daquele processo (fls.1.631/42-Vol. 8).

Segundo a instrução elaborada pelo ACE Emílio Carlos da Cunha Barros (fls. 1.674/80-Vol. 8), a referida sindicância apontou irregularidades de forma generalizada e continuada em todos os projetos assinados pelo PNUD, durante o período de 1997 a 2004, tendo o Controle Interno do MRE proposto o encaminhamento daqueles autos ao Ministério Público Federal para providências cabíveis e à Secretaria Federal de Controle/SFC para a instauração da devida Tomada de Contas Especial. Houve a elaboração, por aquela Secretaria, de uma relação contendo todos os projetos denominados (BRA's), com participação do PNUD, durante o período de 1997 a 2004, com os respectivos órgãos/entidades federais e estaduais contemplados com recursos do mencionado organismo internacional, constante às fls. 1.675/9-Vol. 8.

O referido Analista, considerando as graves irregularidades constantes no relatório de sindicância, a materialidade de recursos envolvidos, a complexidade e os desdobramentos imprevisíveis que poderão ocorrer, propôs, sendo ratificada pela Srª Diretora-Substituta da 2ª DT 3ª Secex, a realização de inspeção, pela mencionada Secretaria, para detectar possíveis irregularidades envolvendo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Pnud com os seus respectivos gestores e a empresa Voetur Turismo e Representações Ltda no tempo que mediu entre 1997 a 2004 - em particular quanto à não-utilização de bilhetes aéreos por que fizeram pagamentos; bem assim que este Tribunal determine às demais Unidades Técnicas em cuja clientela se encontram os órgãos e entidades envolvidos a realização de inspeções para apurar as possíveis irregularidades na emissão de bilhetes aéreos, durante o período de 1997 a 2004 (fls. 1.680/1-Vol. 8).

O Sr. Secretário de Controle Externo da 3ª Secex ressaltou que dois são os motivos pelos quais acolhe a proposta supra - a não identificação dos responsáveis e a não quantificação do dano pela sindicância instaurada no âmbito do MRE e a existência de muitos projetos BRA's executados por diversos órgãos/entidades federais e estaduais.

Alternativamente, ante a notícia de que a Secretaria Federal de Controle - SFC está realizando ampla auditoria nesses projetos, à exceção daqueles executados pelo MRE, o aludido Secretário propôs, para evitar duplicidade de trabalho e reduzir o custo do controle, que a 3ª Secex realize inspeção nos projetos BRA's cuja execução é de responsabilidade do MRE, com vistas a verificar possíveis irregularidades envolvendo o PNUD e a empresa Voetur Turismo Representações Ltda, no período de 1997/2004, em especial quanto ao pagamento efetuado por bilhetes aéreos não utilizados; e que seja determinado à SFC que informe nas contas anuais dos órgãos e entidades os resultados das fiscalizações realizadas nos projetos BRA's (fls. 1.682/3-Vol. 8).

É o Relatório.

VOTO

Preliminarmente, há que se conhecer a presente Representação, ante o disposto no art. 81, I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 69, VII da Resolução TCU nº 136/2000.

Representou-se acerca de supostas irregularidades que teriam sido cometidas na execução do Contrato nº 156/97, firmado entre o PNUD/ABC e a empresa Voetur, para fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, no âmbito dos projetos em execução no Brasil (fls. 1.635-Vol. 8 e 1.372-Vol. 6).

Comissão de Sindicância instaurada (Sindicância COR/MRE nº 01/2004) pelo Ministério das Relações Exteriores para apurar os fatos ora representados concluiu, após a análise de vários projetos - BRA 98/011, BRA 00/27, BRA 97/028, BRA 00/011, BRA 00/018, BRA 98/004, BRA 00/003, BRA 99/025 e BRA 00/019 - que a Voetur faturou e recebeu por bilhetes que foram cancelados imediatamente após sua emissão; faturou e recebeu por viagens não realizadas; faturou e recebeu em duplicidade pelos mesmos serviços prestados; e fez uso de numeração de bilhetes cancelados ou não-existent no preenchimento de faturas (fls. 1.641/2-Vol. 8). Não obstante, não foram apontados os responsáveis nem quantificado o dano por aquela Comissão que optou por encaminhar os autos à Secretaria Federal de Controle para esse fim.

Diante de tal notícia e, ainda, considerando que aquela Secretaria já se encontra realizando ampla auditoria nos projetos BRA's com aquele objetivo, acompanho a proposta alternativa do Sr. Secretário de Controle Externo quanto a este Tribunal somente realizar

auditoria naqueles projetos executados pelo MRE, os quais não sendo objeto da auditoria do controle interno. Penso, todavia, que deve ser estabelecido um prazo para que a SFC informe a este Tribunal os resultados advindos de seus trabalhos auditorias.

No tocante ao mérito desta Representação, penso que se deva considerá-la procedente.

Ante essas considerações, Voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 3 de novembro de 2004.

ADYLSO MOTA
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 1.731/2004 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.586/2003-3 (com 8 volumes)
2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação
3. Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
4. Órgão: Agência Brasileira de Cooperação/ABC - Unidade de Administração de Projetos Internacionais de Cooperação Técnica/UAP - Ministério das Relações Exteriores
5. Relator: Ministro Adylson Motta
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 3ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: Yaná Christina Eubank Gomes Cerqueira (OAB/DF 18.789)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em razão da existência de indícios de irregularidades praticadas pela empresa Voetur Turismo e Representações Ltda., no âmbito do Contrato nº 156/1997, firmado com o PNUD/Agência Brasileira de Cooperação/MRE, consubstanciadas na emissão, faturamento e posterior recebimento de pagamentos da Unidade de Administração de Projetos Internacionais de Cooperação Técnica - UAP, responsável pelo Gerenciamento Integrado de Projetos de Execução Nacional, juntamente com os Organismos Internacionais que operam no Brasil nessa modalidade, relativos a requisições de viagens não ocorridas, sendo os respectivos bilhetes "reportados às empresas aéreas como não utilizados (cancelados), ou seja, sem valor para cobrança".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1 conhecer, com fulcro no art. 81, I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 69, VII da Resolução TCU nº 136/2000, a presente Representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2 determinar à 3ª Secex que realize auditoria nos projetos BRA's cuja execução é de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores - MRE, com vistas a verificar possíveis irregularidades no fornecimento e faturamento de passagens aéreas nacionais e internacionais pela empresa Voetur Turismo Representações Ltda, no período de 1997/2004, em especial quanto ao pagamento efetuado por bilhetes aéreos não utilizados; e

9.3 determinar à Secretaria Federal de Controle que informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, os resultados advindos de seus trabalhos auditoriais realizados nos projetos BRA's, objetos da Sindicância COR/MRE nº 01/2004 instaurada pelo Ministério das Relações Exteriores para apurar as irregularidades que teriam sido cometidas na execução do Contrato nº 156/97, firmado entre o PNUD/ABC e a empresa Voetur, para fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, no âmbito dos projetos em execução no Brasil.

10. Ata nº 41/2004 - Plenário
11. Data da Sessão: 3/11/2004 - Ordinária
12. Especificação do quórum:

12.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça, Adylson Motta (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e os Ministros-Substitutos Lincoln Magalhães da Rocha, Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

VALMIR CAMPELO
Presidente

ADYLSO MOTA
Ministro-Relator

Fui presente:
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO II - CLASSE VII - Plenário
TC-000.687/2000-5 - c/02 volumes

Natureza: Representação
Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
Responsável: Mozart de Siqueira Araújo - ex-Diretor-Presidente(CPF não consta)
Advogado: não consta

Sumário: Representação. Pagamento de honorários a advogado empregado antes do advento da Lei nº 9.527/97. Possibilidade desde que observado o limite de remuneração definido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. Limite ultrapassado. Ex-empregados. Conversão do processo em TCE. Citação.